

3. O Fundo Estadual de Habitação – FEH informou que as recomendações referentes à matriz de acompanhamento do exercício 2018 foram implementadas. Em 2019 não houve recomendações e/ou determinações, não sendo necessário o envio da matriz de acompanhamento em 2020. Ainda assim, foram adotadas boas práticas de gestão, cumprindo a legislação vigente, prazos, além da atuação e integração de todos os setores da SUHAB/FEH, bem com a reestruturação e fortalecimento da UCI.

4. Ademais, a supramencionada Matriz de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE foi encaminhada à CGE posteriormente, junto ao Plano de Providências adotadas diante das recomendações apontadas no Relatório de Auditoria nº 123/2021-SCGCI/AM.

Análise:

5. Atendido.

Achado 02: Dificuldades para o desenvolvimento das atividades de controle pela UCI

Situação Encontrada:

6. A fim de avaliar o funcionamento e a estrutura das unidades de controle interno, bem como os controles internos implementados para a gestão de pessoal e de patrimônio, esta Controladoria enviou, em 27 de julho de 2021, questionário eletrônico, por meio do Ofício-Circular nº 16/2021-GCG/CGE a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

7. Constatou-se, a partir das respostas ao questionário, que a atuação da UCI não se baseia em uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. As atividades não são planejadas de acordo com um plano de longo prazo, bem como não possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.

8. O principal objetivo da Unidade de Controle Interno é proporcionar segurança razoável de que a organização da qual faz parte é eficiente e cumpre a legislação aplicável.

9. Para seu correto funcionamento, a Unidade de Controle Interno deve ter de forma bem definida, clara e formalizada, metas, objetivos e os riscos relacionados. O gerenciamento de riscos permite identificar e conhecer os riscos existentes em cada atividade, processo ou rotina realizada na organização, e permite identificar os riscos oriundos de fatores externos como os sociais, econômicos, políticos, tecnológicos, ambientais, entre outros.

10. Assim, é imprescindível aos trabalhos de controle interno, visando a eficiência de suas atividades, que sejam definidos seus objetivos, e diagnosticados, identificados, avaliados e gerenciados os riscos envolvidos nos processos da Unidade, razão pela qual sua ausência deve ser solucionada.

Justificativa:

11. O Fundo Estadual de Habitação – FEH informou que, em 2021, houve fortalecimento da UCI com suas devidas atribuições regidas de acordo com o Decreto nº 44.755 de 03/11/2022, que instituiu a UCI no âmbito da SUHAB e FEH, e Portaria nº 029/2021-GAB/SUHAB que designou servidores para compor o quadro. A UCI atuará no



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Controladoria-Geral do Estado
Subcontroladoria-Geral de Controle Interno

CERTIFICADO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

Certificado Nº 112/2022

Unidade Auditada: Fundo Estadual de Habitação – FEH

UG: 19703

Nos termos da Lei Orgânica nº 2.423, de 10 de dezembro de 1996, Artigo 1º, Incisos I e II, e Resolução nº. 05/90, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE-AM, no que tange à aplicação de recursos públicos sob a responsabilidade do **Fundo Estadual de Habitação – FEH**, em atendimento aos princípios da legalidade, legitimidade, eficiência, publicidade e economicidade, conforme inciso I, do artigo 2º, da aludida Resolução, assim nos manifestamos:

Considerando o trabalho realizado pela equipe de auditoria de controle interno da Controladoria Geral do Estado, assim como suas responsabilidades inerentes que estão de acordo com o Decreto nº. 40.824, de 17 de junho de 2019, como também do titular da pasta, por **não** ter sido evidenciada ocorrência que comprometa a probidade da gestão dos recursos alocados à unidade em referência, opinamos e certificamos pela **REGULARIDADE** da Prestação de Contas do Exercício 2021, conforme Relatório de Controle Interno nº 123/2021 e Parecer nº 112/2022.

Manaus, 16 de março de 2022.


OTÁVIO DE SOUZA GOMES
Controlador-Geral do Estado do Amazonas